

Proteção social ao trabalhador agrícola

ROMOLO CAVINA.

CHAVÃO característico da época em que vivemos é *proteção social*, é o interesse coletivo proeminente ao próprio indivíduo. Até parece que enquanto o egoísmo de homem a homem cresce, em maior proporção parece crescer o interesse pelos grupos, pelas comunidades quando atingidas por alguma calamidade em movimentos coletivos, ou através da trama de instituições governamentais. Muito mais depressa se manifesta a solidariedade a uma cidade, a um município do que a pessoas, e os exemplos são diários.

Não fugindo aos figurinos do tempo seguem o Brasil e os que se preocupam com os seus problemas, a mesma trilha: sobreleva a procura de sistema que ampare socialmente o indivíduo, apreciando-o em grupos profissionais. Assim os comerciantes e os industriários, entre outros, têm os seus serviços sociais e de aprendizagem profissional funcionando e mais ou menos correspondendo aos bons desejos de seus idealizadores.

Metamo-nos também neste assunto levando o sentido dêste à proteção social do trabalhador agrícola, enfrentando-a sob três aspectos fundamentais:

- 1, a existência do problema;
- 2, a caracterização do problema; e
- 3, a complexidade do problema.

1. *A existência do problema* — O problema da proteção social ao trabalhador agrícola existe no Brasil desde há muito e visível, sob o aspecto histórico, repartido em duas grandes fases marcadas pela data de 13 de maio de 1888. Antes dela o senhor de escravos, empresário agrícola, zelava pela saúde, habitação e vestuário de seus trabalhadores. Êstes eram parte de sua fortuna, de sua empresa, tal como os animais, as instalações, as terras. Impunha-se protegê-los para dêles tirar o mais elevado proveito.

A Abolição marca também o problema em seu fundo psicológico porque o homem do campo, o homem da enxada, ficou subconscientemente apontado como merecedor do castigo bíblico do rude trabalho da terra por não ter sido capaz de outra qualquer atividade: *a enxada é para o negro*. Daí a repulsa de uns, de outros o desdém, o desprezo, o ridículo e até a indignidade que resulta do trabalho rural.

O meio, conhecido pela sua agressividade tropical, molda o problema por outros lados, como que esmagando iniciativas, domando ímpetos, cobrando ao esforço humano aniquiladores preços

para ceder e ser vencido pela normalidade das colheitas, pela fartura do produto desejado.

Uma parte bem significativa da população brasileira vive do trabalho da terra. E' dela que vem a subsistência do total dos brasileiros e a satisfação de suas necessidades só é possível auxiliada pela importação para manutenção das exigências próprias da vida moderna, tôdas pagas pela exportação de produtos agrícolas.

A própria existência política da Nação sofre os vaivéns das incertezas da produção agrícola. As bases da economia brasileira são e serão por muito tempo ainda quase exclusivamente agrícolas e o que falta a essa totalidade muito depende de matéria-prima dessa origem, cultivada ou extraída, incluída a mineração.

Em contraste a Nação não se volta ao produtor agrícola com o carinho, com o interesse e o desvanecimento merecidos. Sendo a agricultura o apoio da economia, os que dela precisam e a ela recorrem votam para o Ministério da Agricultura menos de 5% do orçamento federal.

Na intenção de melhorar as disponibilidades orçamentárias dos demais Ministérios, pelos menos, justo seria interessar-se pelo mais completo aparelhamento das fontes produtoras, das fontes originárias da economia nacional.

Justo seria também lembrarem-se de facilitar ao empresário agrícola os meios de obter maiores resultados por unidade de área trabalhada por empregado nela aplicado. Facilitar e baratear os transportes, não onerando demasiado com encargos nacionais para financiar serviços que êles não recebem e apenas têm notícias de serem prestados a outros nas cidades. Possibilitar a chegada, até aos meios rurais, de serviços médicos, escolares, diversões, proteção social, enfim, previdência em seus diferentes aspectos, para que o homem do campo viva um pouco mais descansado e trabalhe mais confiante.

Uma boa agricultura brasileira dará com reflexo uma Nação brasileira cada vez maior, mais forte, com o seu devido lugar no continente e no mundo.

2. *A caracterização do problema* — A proteção social ao trabalhador agrícola caracteriza-se por uma diferenciação específica em relação aos demais trabalhadores.

Em primeiro lugar as qualidades intrínsecas da própria atividade agrícola — nesta expressão incluídas tôdas as aplicações do esforço humano

na agricultura e na pecuária, desde o empresário até ao mais modesto trabalhador — diferem fundamentalmente das outras atividades.

Seja no espaço onde se desenvolvem os trabalhos, seja no tempo em que *devem* ser realizados, ainda pela técnica adequada como pela dependência dos fatores naturais, teremos a considerar a atividade agrícola claramente diferenciável das outras aplicações do trabalho.

Tomando referência ao tempo em que a faina agrícola se realiza, caracterizaremos o trabalho do campo como independente da vontade do homem. A êste cabe — na maioria dos casos — apenas a iniciativa de pôr-se a trabalhar ou, não o fazendo, perder a época própria e ter de *esperar* por outra. Uma vez iniciada a tarefa, o homem deve acompanhar, com o seu esforço, a atividade de forças naturais que êle aproveita, orienta, disciplina para atender ao objetivo de seus desejos.

Quanto ao espaço em que se realizam as atividades agrícolas vemos que a área de atividade para produção é ampla, variável, quase sempre exposta ao tempo e mais movimentada do que nas fábricas, por exemplo. E, dentro do próprio espaço onde se trabalha, a cada instante variam as condições e a atenção do operário é chamada, sua acuidade estará alerta para atender a novas situações, a exigir alterações na sua atividade. Vejamos uma capina a enxada, por exemplo. Pondo de parte a técnica própria que ela exige veremos — não é exagerar — corresponder cada golpe da enxada à necessidade de novas atenções desde a própria execução do serviço até à preocupação em não se ferir com o instrumento de trabalho. Numa fábrica, em contraste, a uniformidade das operações mostra, entre outras, diferenças chocantes em relação aos trabalhos no campo.

3. *A complexidade do problema* — Um dos mais importantes índices da complexidade do problema da proteção social ao trabalhador agrícola está na sua dispersão espacial. Sabemos que os comerciantes e industriários se agrupam, se adensam em centros relativamente pequenos na extensão geográfica. Ao aplicarem as medidas decorrentes dos seus serviços, os institutos correspondentes dão destaque maior à *densidade* de pessoas a atender em relação à área onde elas se acham.

Evidentemente a dispersão geográfica da população rural é maior obstáculo à prestação dos serviços sociais e a principal razão do elevado custo-indivíduo que êsses serviços podem atingir.

A nosso ver ainda maior destaque dever-se-á atribuir às *diferenças sociais* que caracterizam as populações rurais. Nenhuma providência, nenhum plano de trabalho no setor de proteção social poderá ser feito sem um prévio e adequado conhecimento de *sociologia da vida rural*.

Em hipótese alguma os métodos em voga para outros agrupamentos profissionais poderão ser, na sua totalidade, transplantados ao ambiente

rural. E qualquer tentativa nesse sentido terá o mais acertado e rápido caminho para o fracasso, ou, muito mais grave, para provocar reações e desajustamentos de vulto imprevisível.

Não desejamos significar com estas considerações que os métodos, processos e práticas já experimentadas e consagradas em outros setores dos serviços de proteção social sejam desprezados ou inadequados ao setor agrícola. E' preciso atender, não haverá dúvida alguma, para as diferenças próprias de cada grupo e não uniformizar as medidas para todos êles.

O financiamento dos serviços representa, na opinião de algumas pessoas ligadas a êstes assuntos, um ponto de semelhança. Já tivemos oportunidade de discordar e isto fundamentamos em dois motivos :

Primeiro : a empresa agrícola brasileira recebe, em recompensa dos ônus nacionais a que responde, uma soma de serviços estritamente reduzidos e cuja medida básica são os 5% do orçamento federal dedicado ao Ministério da Agricultura, ao qual se acrescentarão os orçamentos das diferentes secretarias estaduais e municipais de agricultura. Significa que o empresário agrícola é credor da Nação por uma elevada soma de benefícios dado o fato de que êle, conforme vimos um pouco acima, o esteio da economia nacional; e

Segundo : dos dois milhões de estabelecimentos agrícolas que o Censo de 1940 informa existirem no Brasil, que proporção de empresários dará capazes de suportar *mais um* ônus social para proteger seus próprios dependentes?

Daí concluirmos que os encargos da proteção social ao trabalhador agrícola brasileiro seja um imperioso e inadiável dever do Estado ao qual *progressivamente* se associaria também o empresário agrícola.

Divisão do problema — Passando ao exame das bases para a solução adequada teremos a apontar dois itens de importância capital. Em primeiro plano um grande trabalho de pesquisa de sociologia da vida rural deverá ser empreendido. O ponto de partida seria um centro coordenador de estudos dessa natureza ao qual se ligassem as escolas de agronomia, o Ministério e as secretarias de agricultura, instituições outras para a coleta e exame do material pesquisado. Sem êste trabalho não deverá ser tomada medida de vulto no assunto ora debatido.

Em segundo plano colocaremos a orientação legislativa apropriada. Julgamos necessária uma lei orgânica federal, capaz de traçar as normas gerais, a política brasileira para a proteção social ao trabalhador agrícola. A essa lei orgânica se ligariam leis subseqüentes, dotadas dessas normas gerais, para aplicá-las regionalmente, nos centros onde os estudos acima referidos dessem apoio para a execução das medidas. Uma única legislação, total, para o Brasil como um todo, será como querer vestir todos os homens com um só tamanho de roupas.

Firmadas estas diretrizes teremos que passar ao exame de detalhes dêste importante assunto, em cuja solução urgente impõem-se cuidados para que dela não resultem conseqüências negativas para a coletividade brasileira.

Para o estudo detalhado desde aqui faremos uma divisão: saúde e educação para os trabalhadores agrícolas, apreciando nesta primeira parte apenas os assuntos relativos à saúde.

A saúde do trabalhador agrícola — Já sabemos que uma proporção altamente significativa da população brasileira vive da agricultura e da pecuária ou a elas está muito vinculada. As atividades rurais dão ocupação a elevado número de brasileiros e proporcionam as bases e os delineamentos da economia nacional.

Mas existe ainda outro e bem importante papel representado pelas populações rurais brasileiras como em qualquer conjunto sócio-econômico: os núcleos do interior são *provedores demográficos* das cidades. Por outras palavras: o grande desgaste e o relativamente mais lento crescer das populações urbanas exige um suprimento populacional cuja origem está nos meios rurais.

De fato: a massa rural é atraída para as cidades, onde a procura de mão-de-obra oferece melhores salários, além das conhecidas atrações urbanas. Mas, nas cidades êsses elementos rurais vêm preencher os claros demográficos mais vultosos.

Evidentemente a primeira riqueza de uma Nação é a saúde do elemento humano que a constrói, pois, ao mais perfeito estado de saúde corresponde maior rendimento, maior produção, melhor aproveitamento de todos os recursos disponíveis.

Por êsse motivo encararemos, nestas notas, um importante característico dos reforços demográficos que dos campos vêm para as cidades — a saúde.

Parece-nos dispensável qualquer outro comentário além desta ilação: sendo a população rural provedora demográfica das cidades, será evidente que a saúde das populações urbanas estará na dependência da saúde das populações rurais. Outro ponto ainda: é que o abastecimento das cidades é feito pelas populações rurais e, a sua produção, está em estrita dependência de sua saúde.

Para os que conhecem o interior brasileiro a confirmação de célebre e triste frase de conhecido higienista é muitas vezes verificada de maneira dolorosa. Há no interior — e não muito longe dos grandes centros — absoluta carência de recursos, de meios para defender, amparar, zelar pela saúde dos habitantes do interior, indo essa falta de aparelhamento a graves extremos.

Na imensa maioria dos casos não há a quem recorrer, pois falta o clínico, quanto mais o médico especialista. Rara, pobre e arcaica é a farmácia, como desaparecido o hospital, quando existe. Nestes setores, reconhecamos, muito temos feito

neste último decênio, mas a obra é demasiado grande e, assim, há ainda muito que fazer.

Se encararmos outro aspecto da questão veremos também que o trabalhador agrícola, mesmo que tivesse à sua disposição o médico e o serviço hospitalar, não teria capacidade financeira para retribuir os serviços recebidos.

Chegamos, portanto, a uma conclusão preliminar: os provedores demográficos de nossas cidades não têm assistência médico-hospitalar e, quando a têm, dificilmente a podem pagar. Outra conclusão, baseada na anterior: o estado de saúde, a educação sanitária dêsses elementos demográficos que se dirigem às cidades deixa bastante a desejar.

Estamos, portanto, diante de um grave e grande problema perfeitamente caracterizado — zelar pela saúde do homem do campo como parte importante do acervo humano da Nação. Sobreleva o dever de os governos municipais, estaduais e federal encararem êsse problema na amplitude e na profundidade de sua destacada influência.

Um ponto de partida na vastidão e complexidade do assunto é reconhecer um potencial de necessidades de cuidados médicos e profissionais suficientes: urge relacioná-los.

Devemos reconhecer que enorme quantidade de pessoas carece de cuidados médico-hospitais e, por outro lado, nota-se, digamos assim, uma certa superprodução dêsses cuidados não utilizados. Cuidados, instalações e profissionais não estão satisfatoriamente distribuídos, não se repartem de acôrdo com as necessidades das populações, não estão organizados para servi-las o mais eficientemente possível.

E' de todos conhecido que nos centros urbanos há freqüentemente excesso de serviços médicos especializados e localizados em certos bairros, enquanto em outros lugares, tais serviços são mais escassos. Em tais centros urbanos há grande oferta de serviços profissionais, há maior concentração de especialistas e maior reputação monetária por êsses serviços.

Na zona rural, já chegamos a concluir, quase sempre se desconhece a existência de serviços médicos que, a existirem, não caberiam geralmente no orçamento do trabalhador rural.

Mas na zona rural é também elevada a mortalidade e a morbidade. Inexistente é a assistência à maternidade e ao lactente, de onde o elevado número de vítimas pelo desconhecimento de rudimentares noções de puericultura, como pela demora ou inexistência de assistência médica nas emergências comuns ao nascimento de mais um rural.

Na própria estrutura da vida rural estão dificuldades para o contato de médico e paciente. E' difícil, demorado, penoso chamar o médico, como grande é a distância e o tempo a vencer para que êle chegue ao paciente.

O transporte não é apenas penoso, demorado, longo e caro, como também é justamente o obstáculo que o trabalhador agrícola só pode vencer

com maior dificuldade por ter os mais baixos meios de pagamento.

Os obstáculos, entretanto, não tiram ao problema a urgência de sua solução. O homem do campo precisa de um serviço médico, de um serviço de saúde, mas em moldes próprios, com novos e adequados métodos de organização, que levem em conta as peculiaridades do problema, o custo da prestação dos serviços e a concentração demográfica, entre outras questões.

Parte das peculiaridades do problema já foram examinadas pouco acima.

São conhecidas e às vezes até com detalhes dignos de comparação a capítulos de romances, as biografias de alguns médicos da roça. São vidas dedicadas ao próximo, onde a abnegação e o desprendimento se provam momento a momento numa faina de sacerdote, médico, pai, juiz de paz, chefe espiritual, chefe político e que mais!

Do ponto de vista profissional êsses médicos têm enorme responsabilidade. Como lhes falta aparelhamento, auxiliares devidamente preparados, serviços complementares para verificação ou confirmação de diagnóstico, etc.! E em nada é agradável essa missão, sendo bem poucas vezes economicamente satisfatória para o médico.

Em relação ao custo dos serviços médicos no meio rural teremos a considerar outro caso. Dada a baixa capacidade econômica das populações rurais não é apenas problema o honorário do médico. Poucos orçamentos poderão suportar as despesas de tratamento, quando êste é possível com os recursos locais.

Para vencer estas dificuldades financeiras o seguro-doença — aliás objeto de campanha da Repartição Internacional do Trabalho — talvez viesse trazer um contingente de vantagens apreciáveis. E', portanto, um aspecto importantíssimo a examinar com detalhes bem estudados.

Argumento de peso é a dispersão das populações rurais, razão de encarecimento dos serviços médico-hospitalares. Se devidamente estudadas as zonas rurais poderão ser atendidas por serviços idênticos aos das cidades. Desta maneira se levariam médicos especialistas para junto do trabalhador agrícola e por um custo relativamente satisfatório.

Restaria finalmente o aspecto financeiro dessa assistência que, a nosso ver, deverá caber aos governos. O financiamento deverá prover a fixação de médicos no interior, formando um sistema em torno de postos de saúde, pequenos e médios hospitais, terminando em centros clínicos mais completos.

Estabelecido um plano nacional com as variantes regionais adequadamente estudadas, a padronização do equipamento e do material daria em resultado um custo mais conveniente para os serviços a serem prestados ao homem do campo.

Os benefícios dessa organização parecem evidentes: os centros rurais, "fornecedores demográficos" dos centros urbanos, mandariam para êstes indivíduos de boa saúde, válidos, portanto. Em contraste também no campo ficariam muitos capazes, ficariam outros bem mais produtivos que os atuais, porque melhor dotados de saúde.

* * *

A indústria química brasileira parece fadada a progredir pelo menos em duas importantes direções: 1) As matérias-primas de que possui abundantes reservas, e que atualmente exporta, serão industrializadas em proporções cada vez maiores no próprio país, exportando-se, e não, apenas os produtos manufaturados, que são menos volumosos. Podemos citar, entre outros, os artigos de borracha, extrato de café, alcalóides, soda, óleos vegetais refinados, sabão, glicerina, produtos químicos derivados do álcool, etc. 2) As matérias-primas de que possui menores reservas, e que em muitos casos não foram ainda aproveitadas, serão exploradas para satisfazer as necessidades do país, sendo então exportados os produtos acabados, talvez para os países vizinhos. O ácido sulfúrico, ácido clorídrico, cloro, sais de cálcio e magnésio, brometos, produtos de celulose, carvão vegetal, hiperfosfatos, produtos químicos derivados do petróleo e de xistos betuminosos, etc., fariam parte de uma tal lista. O futuro da indústria química brasileira, em geral, está assegurado. O Brasil terá, no setor dessa indústria, uma bem equilibrada economia química interna e passará a ocupar uma posição cada vez melhor como exportador de produtos químicos. ("A Missão Cooke no Brasil" — pág. 48 — Fundação Getúlio Vargas, 1949).

* * *

Êste planejamento de engenharia integral capacitará o Brasil a competir no mundo industrial, aumentando sua produção e reduzindo os custos unitários. Mediante plena e eficiente utilização do equipamento e mão-de-obra atuais, estimular-se-á a produtividade, habilitando o país a atender grande parte de suas atuais exigências. Através do planejamento de que se cogita, a indústria nacional ficará em situação ideal para receber a produção das florescentes indústrias de aço, alumínio e outras. — ("A Missão Cooke no Brasil" — pág. 54 — Fundação Getúlio Vargas — 1949).